



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Secretaria de Regime Próprio e Complementar
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social
Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
Divisão de Orientação e Informações Técnicas

L565561/2025 - Lagoa Seca/PB

EMENTA:

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP). DECISÃO VINCULANTE DO STF NO TEMA 968. CONTROLE FEDERAL. CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 7º E 9º DA LEI Nº 9.717, DE 1998 E DO DECRETO Nº 3.788, DE 2001. CRP JUDICIAL. MEDIDAS DE REVERSÃO PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. PLANO DE REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA OS RPPS.

É constitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias aplicáveis a entes federativos que descumpram os critérios e exigências estabelecidos para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS), nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717, de 1998 e do Decreto nº 3.788, de 2001.

A tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 968 da Repercussão Geral (RE 1007271) legitimou o controle exercido pela União, por meio do Ministério da Previdência Social, sobre os RPPS dos entes subnacionais, admitindo-se o controle judicial das exigências, desde que tecnicamente demonstrada a inexistência de déficit atuarial ou a pertinência de plano alternativo de sustentabilidade.

A Advocacia-Geral da União (AGU), órgão responsável pela representação judicial da União, está tomando as providências necessárias junto ao Poder Judiciário no sentido de reverter eventuais decisões em contrário.

Administrativamente, com vistas a auxiliar os entes federativos a sanarem suas pendências, o DRPPS está promovendo estudo interno para a implementação de plano de regularização para os RPPS que apresentem irregularidades previdenciárias, bem como os que possuam Certificado de Regularidade Previdenciária emitido por decisão judicial (CRP judicial).

(Divisão de Orientação e Informações Técnicas - DIOIT/CGNAL/DRPPS/SRPC/MPS. GESCON L523903/2024. Data: 31/3/2025).

INTEIRO TEOR:

1. Trata-se da consulta Gescon L565561/2025, formulada pela unidade gestora (UG) do regime próprio de previdência social (RPPS) do município de Lagoa Seca/PB, em que apresenta o questionamento a seguir:

Em face ao TEMA 968 do STF, e na preocupação eminente da retirada do CRP, gostaria de orientações sobre como vai ficar a questão do CRP judicial e o TEMA 968 do STF, como a secretária vai regulamentar isso, e demais orientações possíveis.

2. Em resposta à consulta, informamos que em 13/12/2024 sobreveio decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no RE 1007271 - Tema 968 da repercussão geral, acerca da constitucionalidade dos arts. 7º e 9º da Lei 9.717, de 1998 e do Decreto nº 3.788, de 2001, no aspecto em que estabelecem medidas sancionatórias ao ente federado que não cumpra as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, à luz dos arts. 2º e 24, inc. XII e § 1º, da Constituição da República, legitimando o controle exercido pelo Ministério da Previdência Social (MPS) em relação aos RPPS dos entes federativos por meio do CRP.

3. O STF, por maioria, ao dar provimento ao recurso extraordinário fixou a seguinte tese:

É constitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias ao ente federativo que descumprir os critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. 2. Admite-se o controle judicial das exigências feitas pela União no exercício da fiscalização desses regimes. Nesse caso, o ente fiscalizado deverá demonstrar, de forma técnica: (i) a inexistência do déficit atuarial apontado; ou, (ii) caso reconheça o desequilíbrio, a impertinência das medidas impostas pela União e a existência de plano alternativo capaz de assegurar, de maneira equivalente, a sustentabilidade do regime". Tudo nos termos do voto do Ministro Flávio Dino, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Plenário, Sessão Virtual de 6.12.2024 a 13.12.2024.

4. Diante da citada decisão vinculante, esclarecemos que a Advocacia-Geral da União (AGU), órgão responsável pela representação judicial da União, está tomando as providências necessárias junto ao Poder Judiciário no sentido de reverter eventuais decisões em contrário.

5. Administrativamente, este Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS) segue exercendo suas competências no sentido de orientar, supervisionar, fiscalizar e acompanhar os RPPS nos termos do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, recepcionada como Lei Complementar pelo art. 9º da Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 12 de novembro de 2019., com o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos sistemas previdenciários, assegurando os direitos dos segurados e promovendo responsabilidade fiscal, conforme previsto na Constituição Federal.

6. Além das providências já apontadas, com vistas a auxiliar os entes federativos a sanarem suas pendências administrativamente, este DRPPS está promovendo um estudo interno para a implementação de plano de regularização para os RPPS que apresentem irregularidades previdenciárias, bem como os que possuam Certificado de Regularidade Previdenciária emitido por decisão judicial (CRP judicial).

7. Por oportuno, destacamos que o Município de Lagoa Seca/PB possui atualmente 5 critérios irregulares, acobertados por decisão judicial, são eles:

- Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises
- Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais
- Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo
- Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência
- Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR – Encaminhamento

8. Informamos que os nossos canais de atendimento disponibilizados no endereço eletrônico <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps>, estão disponíveis para responder quaisquer dúvidas sobre o tema, bem como indicar as providências necessárias para sanar as irregularidades previdenciárias existentes.

9. Por fim, desde o ano de 2023 até o momento, Estados e diversos Municípios vem sanando suas irregularidades com o apoio técnico deste DRPPS, solicitando a baixa do CRP judicial e recuperando o CRP Administrativo, após adotar boas, eficientes e necessárias práticas de gestão. São várias as medidas que a legislação permite para a melhoria da situação previdenciária, como parcelamento, reparcelamento, plano de equacionamento, entre outros, não havendo justificativa, para que o gestor municipal busque ou mantenha o caminho da via judicial que tem se mostrado extremamente nocivo aos entes, RPPS, servidores e à sociedade.

10. É o que se tem a informar, com fundamento nas competências deste Ministério conferidas pelo art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998.

Brasília-DF, 31 de março de 2025.

Divisão de Orientação e Informações Técnicas
Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social
Secretaria de Regime Próprio e Complementar
Ministério da Previdência Social